CORREIO BRAZILIENSE

Brasília, sábado, 3 de julho de 1993 11

Meio Ambiente

Fórum debate situação de terras indígenas

O Fórum em Defesa dos Direitos Indígenas, criado em maio passado por 30 entidades brasileiras, se reuniu ontem em Brasília para discutir a demarcação das terras dos índios que deveria, por força constitucional, ser concluída até o dia 5 de outubro deste ano. Durante o encontro, no Núcleo De Estudos Amazônicos da Universidade de Brasília, o fórum divulgou um relatório preparado pela Centro Ecumênico de Documentação e Informação (Cedi), pelo Conselho Indigenista Missionário (Cimi) e pela OPAN, sobre a situação das terras indígenas no Brasil. O relatório será tomado como base de uma campanha nacional pela demarcação.

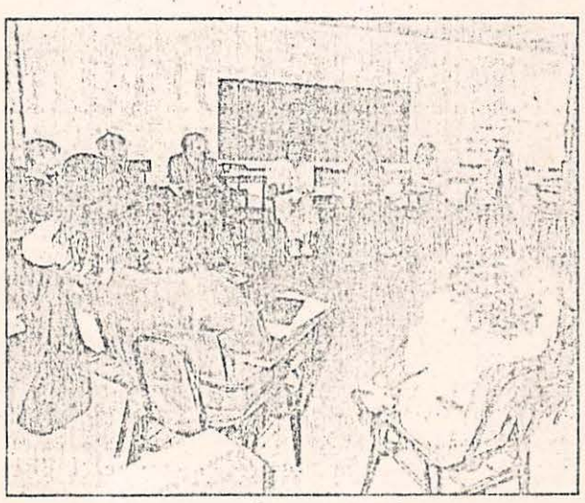
"Tudo depende da mobilização indígena e da pressão que ela poderá exercer", disse Orlandino Baré, coordenador da terceira reunião do fórum. Representante da Coordenação de Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira (Coiab) e do Conselho de Articulação dos Povos Indígenas do Brasil (Capoib), Orlandino defendeu no encontro que esta pressão dos índios sobre o Executivo e o Legislativo brasileiros seja permanente.

Na próxima semana, Orlandino viaja ao Japão, onde se reunirão os sete países mais ricos do mundo (G-7), para pedir rapidez na aprovação dos projetos do Programa Piloto de Florestas Tropicais. Ele é titular da Comissão Executiva do programa no Brasil e acredita que a demora na liberação dos recursos pode eliminar muitas chances de se demarcar as terras indígenas existentes nas áreas de florestas.

É a segunda vez que o Brasil perde o prazo para demarcar as terras dos seus índios. "Não poderemos, por exemplo, aceitar que se exija um tempo maior que o necessário, após o mês de outubro", destacou o presidente da Coiab.

Relatório identifica áreas

O documento apresenta como terras sem providência ou de índios isolados um total de 106 áreas, grande parte no Amazonas, (kulina, ntaku e outros), no Rio Grande do Sul (Guarani mbyá e outros), e Mato Grosso e Mato Grosso do Sul.



Os participantes discutiram a demarcação

No mesmo documento aparecem as 51 áreas já identificadas no Acre, em Alagoas, no Amazonas, na Bahia, Ceará, Goiás, Mato Grosso e Mato Grosso do Sul, Pará, Pernambuco, Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul, Rondônia, Roraima e Santa Catarina e Tocantins.

Numa terceira listagem, o relatório mostra as áreas delimitadas, revistas pela comissão e aguardando, como as anteriores, decisão do Ministério da Justiça. São 68 áreas, entre elas a dos índios kaxi e kulina do Alto Purus.

O relatório esclarece que das 519 áreas indígenas, 164 foram homologadas e 87 foram regularizadas, o que soma 251 áreas em situação legal, conforme prevê a Constituição.